

PROCURADOR

Escreva seu nome e número de inscrição de forma legível nos locais indicados:

Nome do(a) Candidato(a)

Nº de inscrição

Este caderno de questões está assim constituído:

DISCIPLINAS	Nº QUESTÕES
Português	10
Conhecimentos Específicos	30
Total de questões	40

INSTRUÇÕES:

- Confira devidamente o material (CARTÃO DE RESPOSTAS e CADERNO DE QUESTÕES); se houver falha, solicite a presença do fiscal.
- Confira seus dados no CARTÃO DE RESPOSTAS: NOME, Nº da INSCRIÇÃO e CARGO. ASSINE no espaço indicado na frente do cartão.
- O CARTÃO DE RESPOSTAS deverá ser preenchido a caneta esferográfica, azul ou preta, ponta grossa, sem rasuras e apenas uma **ÚNICA** alternativa poderá ser marcada em cada questão. Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha. É vedada a substituição do CARTÃO DE RESPOSTAS decorrente de erro cometido por candidato.
- Durante a prova, não é permitida a comunicação entre candidatos nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
- Se o CARTÃO DE RESPOSTAS contiver maior número de questões, preencha apenas as correspondentes à sua prova; as demais ficam em branco.
- O tempo de duração da prova objetiva será de **até 3 horas**.
- Ao final dos trabalhos, **DEVOLVA** ao Fiscal da sala, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS devidamente preenchido e assinado, o CADERNO DE QUESTÕES, tendo em vista a obrigatoriedade de arquivo no Município.
- A parte destacável no final desta capa, que serve para copiar as suas respostas, somente poderá ser destacada no ato da entrega do material na mesa do fiscal.
- Os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes, quando, então, poderão retirar-se do local, simultaneamente, após concluído.
- Direitos autorais reservados à Objetiva Concursos Ltda. Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem autorização prévia.

✂..... (dobre e destaque esta parte para copiar suas respostas)

01	<input type="checkbox"/>	02	<input type="checkbox"/>	03	<input type="checkbox"/>	04	<input type="checkbox"/>	05	<input type="checkbox"/>	06	<input type="checkbox"/>	07	<input type="checkbox"/>	08	<input type="checkbox"/>	09	<input type="checkbox"/>	10	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	12	<input type="checkbox"/>	13	<input type="checkbox"/>	14	<input type="checkbox"/>	15	<input type="checkbox"/>	16	<input type="checkbox"/>	17	<input type="checkbox"/>	18	<input type="checkbox"/>	19	<input type="checkbox"/>	20	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	22	<input type="checkbox"/>	23	<input type="checkbox"/>	24	<input type="checkbox"/>	25	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>

PORTUGUÊS

O uso excessivo de *smartphones* pode causar problemas graves na coluna e no pescoço. O celular é quase um companheiro inseparável, visto por muitos como um bem essencial no dia a dia, mas o que muitas pessoas não sabem é que o uso excessivo deles pode causar danos ao corpo humano. Se você sente constantes dores de cabeça, um couro cabeludo extremamente sensível ou um incômodo atrás de um olho, a culpa pode estar no uso indevido do *smartphone*.

Especialistas dizem que são cada vez mais comuns os casos de *text neck* – “pescoço de texto” em tradução livre –, dores na cabeça ligadas a tensões na nuca e no pescoço, causadas pelo tempo, inclinado em uma posição indevida para visualizar a tela do celular.

Segundo a fisioterapeuta Priya Dasoju, o “pescoço de texto” também pode levar a dores no braço e no ombro. “O que estamos vendo são cefaleias cervicogênicas”, afirmou. Ela diz que o problema vem de tanto inclinar a cabeça para frente da tela do celular, e isso cria uma pressão intensa nas partes frontais e traseiras do pescoço.

<http://saude.terra.com.br/...> - adaptado.

1) Quanto ao texto, analisar os itens abaixo:

- I - O uso indevido do *smartphone* pode ocasionar dores de cabeça, couro cabeludo muito sensível e incômodo atrás do olho.
- II - Dores de cabeça ligadas a tensões na nuca e no pescoço são cada vez mais frequentes.
- III - Casos de *text neck* também podem ocasionar dores no braço e no ombro.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Todos os itens.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e II.
- d) Somente os itens I e III.
- e) Somente os itens II e III.

2) O termo sublinhado em “Segundo a fisioterapeuta Priya Dasoju...” encontra seu sinônimo em:

- a) Porque.
- b) Consoante.
- c) Se.
- d) Logo.
- e) Conquanto.

3) Ambas as palavras estão CORRETAMENTE redigidas em:

- a) Cristalisável - equivocidade.
- b) Vorazes - micigenação.
- c) Voseirão - estardalhaço.
- d) Mitose - nuance.
- e) Pessoaalidade - pestilênsia.

4) Assinalar a alternativa em que o termo sublinhado classifica-se morfologicamente como advérbio:

- a) O tratamento é feito com quimioterapia e medicamentos de suporte para diminuir os efeitos colaterais.
- b) O diagnóstico é feito através do histórico do animal.
- c) A principal característica é o acúmulo de células jovens anormais na medula óssea.
- d) Existe, porém, um tipo de leucemia chamado mieloide, que acomete em sua maioria cães adultos e idosos.
- e) A leucemia chamada mieloide pode atingir diferentes raças de cães e não tem uma causa definida.

5) Sobre a colocação pronominal, analisar a sentença abaixo:

Por se tratar de uma doença com sintomas inespecíficos, o dono pode demorar a perceber alterações no animal (1ª parte). Sugere-se que uma possível mutação do DNA pode ser a origem do problema (2ª parte). Se faz o tratamento com quimioterapia e medicamentos de suporte para diminuir os efeitos colaterais (3ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Totalmente incorreta.
- c) Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.
- d) Correta somente em suas 1ª e 3ª partes.
- e) Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.

6) Assinalar a alternativa em que a oração sublinhada indica ideia de concessão:

- a) Nada dói mais do que a verdade.
- b) Quando conhecemos alguém, sabemos quais são suas atitudes.
- c) Conforme meu raciocínio, essa questão foi resolvida incorretamente.
- d) Ainda que vivas muitos anos, nunca deixes de aprender.
- e) Não saia daqui sem que eu fale com você.

7) Sobre o emprego dos porquês, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Afinal, por que as horas de descanso são tão importantes a ponto de interferir tanto na saúde?
- () Chegaram a tais conclusões, porque realizaram testes em ratos alimentados com dieta rica em gordura.
- () A saúde é o que temos de mais importante, por quê sem ela nada faremos.

- a) C - C - C.
- b) C - C - E.
- c) E - E - C.
- d) C - E - C.
- e) E - C - E.

8) Assinalar a alternativa em que o acento indicativo de crase está INCORRETO:

- a) O menino é semelhante à seu pai.
- b) Estamos à disposição da justiça.
- c) Estamos à procura de emprego.
- d) O posto policial fica à distância de cem metros do acidente.
- e) Não me refiro às mulheres, mas a seus filhos.

9) A palavra “dentista” é formada pelo processo denominado:

- a) Derivação prefixal.
- b) Derivação regressiva.
- c) Derivação parassintética.
- d) Derivação sufixal.
- e) Composição por justaposição.

10) A concordância nominal está INCORRETA em:

- a) Saíram desta briga bastantes pessoas em coma.
- b) Os alimentos custam muito caro.
- c) Segue em anexa a foto.
- d) Ele saiu ileso do acidente.
- e) As moças chegaram juntas à aula.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atenção! Em todas as questões de legislação desta prova, serão consideradas as leis e suas alterações até a data do início das inscrições deste concurso.

Direito Constitucional

11) A alteração informal do texto da Constituição Federal, realizada pelo poder difuso, é realizada por meio de:

- a) Emenda constitucional.
- b) Revisão constitucional.
- c) Atos das disposições constitucionais transitórias.
- d) Emenda de revisão constitucional.
- e) Mutação constitucional.

12) Quanto aos direitos fundamentais, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Os direitos fundamentais têm natureza relativa, portanto, podem ser restringidos pelo legislador.
- () Os direitos fundamentais, previstos no artigo 5 da Constituição Federal, são taxativos.
- () Todas as normas de direitos fundamentais têm aplicabilidade imediata.
- () Os tratados internacionais de direitos humanos têm *status* de emenda constitucional se aprovados pela maioria absoluta pelo Congresso Nacional.

- a) E - C - C - E.
- b) C - E - E - E.
- c) C - E - C - C.
- d) E - C - E - C.
- e) C - C - C - C.

13) Assinalar a alternativa que NÃO caracteriza o Poder Constituinte Derivado:

- a) Condicionado.
- b) Subordinado.
- c) Jurídico.
- d) Limitado.
- e) Inicial.

14) A exigência de um procedimento mais difícil e rigoroso para alteração das normas constitucionais é típico de uma Constituição:

- a) Rígida.
- b) Flexível.
- c) Histórica.
- d) Semirrígida.
- e) Garantista.

15) Analisar os itens abaixo:

- I - Durante o estado de sítio é possível alterar o texto da Constituição Federal.
- II - O estado de defesa é utilizado para sanar grave e iminente instabilidade institucional ou calamidades de grandes proporções na natureza.
- III - O estado de defesa tem vigência de 30 dias não podendo ser prorrogado.
- IV - Compete privativamente ao Congresso Nacional decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Todos os itens.
- b) Somente o item III.
- c) Somente os itens III e IV.
- d) Somente os itens I e II.
- e) Somente o item II.

Direito Administrativo

16) O lançamento tributário é exemplo de Poder:

- a) Discricionário.
- b) Disciplinado.
- c) Hierárquico.
- d) Vinculado.
- e) De Polícia.

17) Quanto ao controle da Administração Pública, assinalar a alternativa INCORRETA:

- a) Em relação ao controle interno, questões interessantes surgem quanto à possibilidade de a Administração Pública rever seus próprios atos ou revogá-los por questão de conveniência e de oportunidade.
- b) O controle administrativo pode ser feito pela própria Administração fiscalizada ou em relação à outra Administração.
- c) Segundo a Constituição Federal, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- d) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) O Poder Legislativo exerce sobre a Administração Pública o controle político, mas não financeiro, que está a cargo do Poder Judiciário.

18) Acerca do serviço público, analisar os itens abaixo:

- I - São exemplos de serviços públicos: o ensino público, o de polícia, o de saúde pública, o de transporte coletivo, o de telecomunicações.
- II - Os serviços públicos classificados como de utilidade pública são os que são convenientes à comunidade, mas não essenciais, e o Poder Público pode prestá-los diretamente ou por terceiros (delegados), mediante remuneração.
- III - Os serviços públicos classificados como próprios do Estado são prestados pelas entidades públicas (União, Estado, Municípios) através de seus órgãos da Administração Direta.
- IV - Permanência, generalidade, eficiência, cortesia e modicidade são requisitos do serviço público traduzidos em princípios.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente os itens II e III.
- b) Somente os itens I, II e III.
- c) Todos os itens.
- d) Somente os itens I e II.
- e) Nenhum dos itens.

19) O ente "X" faz parte da Administração Indireta. Considerando-se sua relação com a Administração Direta, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Não possuem qualquer tipo de vinculação.
- b) É caso de desconcentração.
- c) Inexiste capacidade de autoadministração.
- d) Há entre ambos uma vinculação para fins de controle.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

Direito Civil

20) Acerca das pessoas jurídicas, é CORRETO afirmar que:

- a) A defesa dos interesses nacionais não pode ser arguida como justificativa para estabelecer condições à concessão de autorização à sociedade estrangeira que pretenda funcionar no Brasil.
- b) Para mudança de nacionalidade de sociedade brasileira, é necessário o consentimento da maioria qualificada de seus sócios ou acionistas.
- c) No que couber, aplica-se a elas a proteção dos direitos da personalidade.
- d) Os serviços sociais autônomos, desde que entes de cooperação estatal, têm personalidade jurídica de direito público.
- e) É vedado ao juiz determinar que o efeito de certas e determinadas obrigações sejam estendidas aos bens particulares dos administradores; isso só é possível em relação aos sócios.

21) Considerando-se DINIZ, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- (1) Fato natural extraordinário.
 - (2) Fato humano.
 - (3) Fato jurídico *stricto sensu* ordinário.
- () Maioridade.
() Naufrágio de barco em razão de maremoto.
() Testamento.

- a) 1 - 2 - 3.
- b) 3 - 1 - 2.
- c) 1 - 3 - 2.
- d) 2 - 1 - 3.
- e) 2 - 3 - 1.

22) Sobre a prescrição de ordem patrimonial, analisar os itens abaixo:

- I - Pode ser alegada a qualquer tempo, inclusive no 2º grau, e como fundamento da ação rescisória.
- II - Pode extinguir o feito, com resolução de mérito, assim como pode ser declarada *ex officio* em favor de pessoa plenamente capaz.
- III - A prescrição em curso origina direito adquirido, não podendo seu prazo ser reduzido por norma posterior.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente o item III.
- d) Somente os itens II e III.
- e) Somente os itens I e II.

23) Assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Não é causa de nulidade a compra, por leiloeiro, de bem cuja venda ele esteja encarregado.
- b) Não é causa de nulidade a compra, por servidor público, de bem da pessoa jurídica a que servir, desde que mediante hasta pública.
- c) A compra, por descendente, de bem do ascendente, exige o aceite dos demais descendentes.
- d) É causa de nulidade a compra, pelo cônjuge, de bem excluído da comunhão.
- e) A venda de bem de ascendente a seu descendente é sempre anulável se não houver consentimento do cônjuge, independente do regime de bens.

Direito Processual Civil

24) Segundo a legislação aplicável ao mandado de segurança, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () O mandado de segurança somente poderá ser impetrado quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública, como administradores de entidades autárquicas e concessionárias de serviço público.
 - () Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo somente podem proteger os direitos coletivos, entendidos como os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica.
 - () No mandado de segurança não há a obrigação de os honorários advocatícios serem fixados em percentual entre 10% e 20% do valor da condenação, podendo o juiz, mediante apreciação equitativa, fixá-los em quantia diversa.
- a) C - E - E.
 - b) C - C - E.
 - c) E - C - E.
 - d) E - E - C.
 - e) E - E - E.

25) Em conformidade com GRECO FILHO, é CORRETO afirmar que:

- a) É possível a assistência em execuções fundadas em títulos executivos extrajudiciais e judiciais.
- b) Somente é possível a assistência em execuções quando estas forem fundadas em títulos executivos extrajudiciais.
- c) Somente é possível a assistência em execuções quando estas forem fundadas em títulos executivos judiciais.
- d) É possível o chamamento ao processo na execução.
- e) Não é admissível o litisconsórcio no processo de execução.

Direito do Trabalho

26) Sob a perspectiva de CARRION, o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, significa:

- a) Que serão computadas sempre na jornada de trabalho.
- b) Horas *in andare*.
- c) Horas *in itinere*.
- d) Serão computadas como jornada extraordinária.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

27) Em relação à extensão da duração da jornada de trabalho de que trata o artigo 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () A duração pode exceder do limite legal ou convencionado, por motivo de força maior.
 - () O excesso da duração da jornada, se ocorrer, deverá ser comunicado dentro do prazo de 15 dias à autoridade competente em matéria de trabalho.
 - () A remuneração da hora excedente será 30% superior à hora normal em todos os casos previstos na legislação.
- a) C - C - E.
 - b) E - E - C.
 - c) E - C - C.
 - d) C - E - C.
 - e) C - E - E.

28) Em face da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada na seguinte situação:

- a) Despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior.
- b) Despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o artigo 18.
- c) Despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com o depósito dos valores de que trata o artigo 18.
- d) Despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, desde que haja duas testemunhas.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Direito Processual do Trabalho

29) Em relação ao que dispõe o artigo 789 da CLT, acerca das custas e emolumentos processuais, analisar os itens abaixo:

- I - As custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% sobre o respectivo valor, quando houver acordo ou condenação.
- II - As custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% sobre o que o juiz fixar, quando o valor for indeterminado.
- III - As custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% sobre o valor da causa, no caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória e em ação constitutiva.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Todos os itens.
- b) Somente o item I.
- c) Somente o item II.
- d) Somente os itens I e II.
- e) Nenhum dos itens.

30) De acordo com a Lei nº 5.584/70, que alterou o artigo 477 da CLT, em relação ao término do contrato de trabalho, analisar os itens abaixo:

- I - O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, para todas as parcelas contratuais se não especificadas.
- II - O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro.
- III - O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de seis meses de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho.
- IV - O ato de assistência na rescisão contratual só terá ônus ao empregador, em qualquer caso.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Todos os itens.
- b) Somente o item II.
- c) Somente o item I.
- d) Somente os itens III e IV.
- e) Nenhum dos itens.

31) Segundo a CLT, compete à Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho:

- I - Oficiar, por escrito, em todos os processos e questões de trabalho de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- II - Exarar, por intermédio do Procurador-Geral, o seu "ciente" nos acórdãos do Tribunal.
- III - Proceder às diligências e inquéritos solicitados pelo Tribunal.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Todos os itens.
- b) Somente o item II.
- c) Somente o item I.
- d) Somente os itens II e III.
- e) Somente os itens I e III.

Direito Penal

32) Na lição de MIRABETE, quanto à aplicação da Lei Penal no espaço, identificam-se cinco princípios, que são:

- a) Territorialidade, nacionalidade, proteção da competência real, competência universal e representação.
- b) Territorialidade, nacionalidade, proteção da competência real, competência universal e do domicílio.
- c) Nacionalidade, do lugar do crime, do domicílio, territorialidade e representação.
- d) Territorialidade, nacionalidade, proteção da competência real, competência universal e do lugar do crime.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

33) Segundo MIRABETE, são hipóteses de conflitos de Leis Penais no tempo:

- a) *Novatio legis* incriminadora, *abolitio criminis*, *novatio legis in pejus*, pluralidade de condutas e identidade de fato.
- b) *Novatio legis* incriminadora, *abolitio criminis*, *novatio legis in pejus*, *novatio legis in mellius*.
- c) *Novatio legis* incriminadora, *abolitio criminis*, *novatio legis in pejus*, pluralidade de condutas e identidade de fato, *nullun crimennulla poena sine lege scripta*.
- d) *Novatio legis* incriminadora, *abolitio criminis*, *novatio legis in pejus*, *nullun crimennulla poena sine lege scripta*.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

34) São crimes de responsabilidade de Prefeitos Municipais julgados pelo Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara Municipal, de acordo com o Decreto-Lei nº 201/67:

- I - Deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal.
- II - Ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da Administração Indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.
- III - Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeitos à administração da Prefeitura.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Todos os itens.
- b) Somente o item I.
- c) Somente o item II.
- d) Somente os itens I e II.
- e) Nenhum dos itens.

Direito Processual Penal

35) Segundo a Lei nº 7.210/84, que instituiu a Lei de Execução Penal, o Estado deve prover assistência ao preso e ao internado. Dentre as espécies de assistência, assinalar a alternativa que NÃO está prevista na referida Lei:

- a) Material.
- b) À saúde.
- c) Jurídica.
- d) Religiosa.
- e) À família.

36) Consoante à Lei nº 9.099/95, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, analisar os itens abaixo:

- I - Quando opostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para o recurso.
- II - Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.
- III - Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Todos os itens.
- b) Somente o item II.
- c) Somente o item I.
- d) Somente os itens I e II.
- e) Nenhum dos itens.

37) Quanto ao inquérito policial, definido no Código de Processo Penal, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado somente de ofício.
- () Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Chefe de Polícia.
- () O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.
- () Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito com requerimento do Ministério Público.

- a) C - C - E - E.
- b) E - C - E - E.
- c) C - E - C - C.
- d) E - C - C - C.
- e) C - E - E - E.

Direito Tributário

38) Assinalar a alternativa CORRETA:

- a) A compensação, a transação, a isenção e a remissão extinguem o crédito tributário.
- b) A remissão, total ou parcial, pode atender à situação econômica do sujeito passivo, e não gera direito adquirido.
- c) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüente.
- d) A isenção concedida não gera direito adquirido, podendo, sempre, ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo.
- e) A anistia, que exclui o crédito tributário, deve sempre ser concedida em caráter geral, dada a sua natureza ampla, geral e irrestrita.

39) Segundo MACHADO, acerca do lançamento tributário, é CORRETO afirmar que:

- a) A palavra designa a atividade privativa da autoridade administrativa mediante a qual é feito o acertamento da relação tributária.
- b) O lançamento por declaração não pode ser aquele cujo lançamento tem início com a lavratura do auto de infração.
- c) O lançamento por declaração é atividade do sujeito passivo da obrigação tributária, com a colaboração da autoridade administrativa.
- d) O lançamento por homologação é aquele que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribui ao sujeito passivo o dever de fazer a apuração do valor devido, submeter à homologação da autoridade administrativa e, após, realizar o respectivo pagamento.
- e) A revisão do lançamento tributário, face ao princípio da legalidade, somente pode ocorrer judicialmente.

40) Analisar os itens abaixo, em relação às causas de suspensão do crédito tributário:

- I - Moratória.
- II - Remissão.
- III - Depósito.
- IV - Compensação.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I, III e IV.
- b) Somente os itens I, II e III.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Somente os itens II e IV.
- e) Todos os itens.